

Por Theo Carnier



A atuação do Conselho Fiscal, a gestão dos indicadores contábeis, a segurança digital os critérios ambientais, sociais e de governança nos investimentos e decisões colegiadas foram os temas das palestras realizadas no primeiro bloco de apresentações realizadas nesta quarta-feira (21/10) no Espaço UniAbrapp, durante o 47º Congresso Brasileiro de Previdência Privada (CBPP). Esses encontros, que acontecem ao longo dos três dias do evento, reúnem especialistas em torno de temas que impactam a gestão e a sustentabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Na primeira palestra, Geraldo de Assis Júnior, secretário executivo do Colégio de Coordenadores das Comissões Técnicas de Contabilidade da Abrapp, e Elizabete Silva, controller da Fachesf e coordenadora da Comissão Técnica Nordeste de Contabilidade da Abrapp, falaram sobre o tema “Relatório de controles internos: o papel do Conselho Fiscal e Gestão dos indicadores contábeis nas EFPC”. Ambos integram o corpo de especialistas da UniAbrapp.

Em suas apresentações, Geraldo e Elizabete destacaram que a atuação do Conselho Fiscal vai além do cumprimento de exigências normativas. Segundo eles, a análise independente dos controles internos permite identificar fragilidades e oportunidades de melhoria, acompanhar a execução orçamentária e avaliar aspectos relevantes da situação dos planos e da gestão administrativa. Essa abordagem integra os conteúdos de formação da UniAbrapp para conselheiros fiscais.

Geraldo lembrou que a matriz de riscos precisa identificar riscos relevantes, avaliar o impacto e testar a efetividade dos controles. Deve-se ficar atento, também, na gestão, sobre possíveis desenquadramentos de ativos e passivos e também é preciso acompanhar se a liquidez da carteira atende às necessidades dos planos.

Por sua vez, Elizabete salientou a importância dos indicadores de desempenho. Ela ressaltou que “há informações que só os indicadores têm o poder de tornar a realidade evidente” mas alerta que “o perigo é interpretar números sem contexto”. A palestrante exemplificou essa necessidade usando a questão do orçamento: “É necessário recordar que é possível cumprir 100% do orçamento e fracassar na estratégia, por exemplo, e que conformidade orçamentária não é desempenho. O orçamento é a viabilidade econômica da estratégia.”

Elizabete Silva considera que é preciso ainda responder a uma pergunta essencial: se analisarmos o orçamento e os indicadores da nossa entidade, conseguiremos identificar quais as nossas verdadeiras prioridades estratégicas?

Em sua palestra, ela recordou que os indicadores do Plano de Gestão Administrativa (PGA) ajudam a acompanhar despesas, avaliar a utilização dos recursos e orientar decisões sobre o custeio administrativo.

Ataques cibernéticos - O tema seguinte do Espaço UniAbrapp foi a segurança digital das EFPC, apresentado por Carlos Alberto Barbosa, coordenador de Segurança da Informação e CISO da Vivest, que salientou a importância de proteger as entidades contra os ataques cibernéticos, “já que se trata de proteger a aposentadoria de quem confiou na previdência complementar fechada”.

Os riscos dos ataques dos hackers estão mudando de forma, com o patrimônio das EFPC exposto a riscos cada vez mais conectados. O assunto ganha crescente importância e, segundo ele, “segurança cibernética já é tema dos Conselhos, não só de TI”.

Carlos Alberto disse que existem três linhas de defesa para os ataques cibernéticos: processo, que envolve pelo menos um segundo nível de autenticação e gestão de acesso; tecnologia, que exige

monitoramento contínuo; e pessoas, que demandam treinamento recorrente porque elas são importante porta de entrada para os ataques.

As normas para investimento ASG - Em seguida, a apresentação foi sobre um tema que está cada vez mais recorrente na pauta das entidades: ASG, ou critérios ambientais, sociais e de governança relacionados aos investimentos das EFPC. O assunto, abordado em palestras de Rogério Tatulli e Arlete Nese, ganhou ainda maior relevância com a recente publicação da Portaria 728/2026 da Previc, que definiu critérios e prazos para adoção dessas políticas nos investimentos das EFPC.

Em sua fala, Rogério Tatulli chamou a atenção para a necessidade de priorizar ASG. Segundo ele, trata-se de “uma prioridade estratégica e não de uma pauta secundária”. Por isso, é necessário verificar como o tema está sendo tratado pelas entidades: “É preciso responder a uma importante pergunta: ASG é algo que está só no papel, apenas para cumprir tabela na política de investimentos, não há grande preocupação com isso?”.

Ele afirmou que as respostas a essas perguntas devem mostrar comprometimento com o assunto, não apenas internamente nas EFPC mas também, por exemplo, nas empresas terceirizadas, como as gestoras de recursos: “As entidades precisam saber como o ASG influencia na análise de investimentos, na gestão de recursos, na decisão de investir ou desinvestir”.

Arlete Nese salientou que a Portaria 728/2026 passou a exigir respostas das EFPC a perguntas operacionais, como: que processo, evidência e indicador demonstram a análise realizada; e quem decide, monitora e presta contas. E o prazo para atender às novas exigências da portaria é curto: dezembro de 2027 para as entidades S1 e S2 e dezembro de 2028 para as S2 e S3. Por isso, ela recomenda que se faça uma implementação gradual, sem esperar para deixar as providências para a última hora.

Decisões colegiadas - Já o tema da última palestra do bloco matutino abordou a importância de construir decisões colegiadas, apresentada por Aparecida Pagliarini. Para ela, o processo decisório tem cinco fases: regimento interno, convocação, documentação, reunião e ata.

Na opinião de Aparecida, todas essas etapas devem ser seguidas sempre, para que se chegue aos resultados necessários: “Nem sempre é dada a devida atenção, mas são pontos de atenção fundamentais. A documentação, por exemplo, deve estar junto com a convocação. Nas reuniões, é preciso evitar assuntos extrapauta – para esses, deve-se convocar outra reunião. E a ata pode ser considerada a rainha dos documentos, é onde está o ato regular de gestão.”

O 47º CBPP é uma realização da Abrapp, UniAbrapp, Sindapp, ICSS e Conecta. Patrocinador Diamante: ASA, Evertex, Itajubá Investimentos AI e XP Banco de Atacado. Patrocinador Ouro: Aditus, Aon, Azimut, BB Asset, BNP Paribas Asset Management, Bradesco Asset, Galapagos Capital, Itaú Asset Management, MAG Seguros, Principal Asset Management, Safra, Santander Asset Management e SulAmérica Investimentos. Patrocínio Prata: Anbima, CAIXA Asset, Cavezzale Advogados Associados, Consepro, IIA Brasil, Investira, Leto Capital, Maraey, Mirador, Oceana Investimentos, Porto Asset, PRP Soluções, RJI Investimentos, Sabesprev, Vila Velha Corretora de Seguros, Vinci Compass e Wedan. Patrocínio Bronze: FRAM Capital, Icatu Vanguarda, Investo, IP Capital Partners, MAF Consultoria, Mapfre, Polo Capital, REV Corretora de Seguros e Sparta. Parceiros de Mídia: Broadcast, CNN Brasil e Gazeta Mercantil. Apoio Promocional: ABDE, Abipem, ABRH, ABRH-ES, Abvcap, Ancep, Apimec, ASCPrev, CFC, CRA-SP, Febraban, Fiap, Fipecafi, FPE, IBA, IBGC, IBPE, Ibracon, Servir Brasil, Previpar, Tché Previdência e Unidas.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 21.10.2026.